18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS EM SÃO PAULO:

Elevado Presidente João Goulart - Minhocão

ST2 – Paisagens e territórios

APPROPRIATION OF CENTRAL PUBLIC SPACES IN SÃO PAULO:

Presidente João Goulart Elevated Road - Minhocão

RODRIGUES, Cristiana Gonçalves Pereira
Doutoranda Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design | Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil | cristiana.rodrigues@usp.br | ORCID: 0009-0007-7226-0185

QUEIROGA, Eugenio Fernandes
Professor Titular do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design | Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Br | queiroga@usp.br | ORCID: 0000-0002-7102-1138T

RESUMO

Este trabalho parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento "Apropriações do espaço público: experiências na cidade de São Paulo no limite da área central", cujo objetivo é analisar transformações recentes, usos e apropriações, e como diferentes formas de participação da sociedade em programas e projetos contribuem para o debate sobre o uso dos espaços públicos. A metodologia combina abordagens da morfologia urbana, antropologia urbana e geografia crítica, com observações de campo, contagens e questionários. Traz como estudo de caso o Elevado Presidente João Goulart, conhecido como Minhocão, construído em 1971, causando imediato impacto negativo. A partir de restrições de tráfego de veículos, foi progressivamente sendo apropriado pela população, para atividades diversas e espaço de convivência, inicialmente de forma espontânea e em diferentes momentos com apoio do poder público. A análise do uso deste espaço no tempo leva a uma proposta de periodização do percurso de apropriação, e conclui que o Minhocão se tornou um lugar público relevante, cuja apropriação revela tensões e possibilidades, mas ainda com olhar parcial para a problemática urbana.

Palavras-chave: espaço público, apropriação, transformação urbana

ABSTRACT

This paper is based on ongoing doctoral research "Appropriation of public spaces: experiences on the edge of the central area of Sao Paulo, which aims to analyze recent transformations, uses and appropriations, and how different forms of public participation in programs and projects contribute to the debate on the use of public spaces. The methodology combines approaches from urban morphology, urban anthropology, and critical geography, with field observations, counts, and questionnaires. It presents as a case study the Presidente João Goulart Overpass, known as Minhocão, built in 1971, causing an immediate negative impact. Following restrictions on vehicle traffic, this space was progressively appropriated by the population, for a variety of activities and social interaction—initially in a spontaneous manner and, at various times, with support from public authorities. The analysis of the use of this space over time leads to a proposed periodization of the appropriation process and concludes that the Minhocão has become a significant public place, whose appropriation reveals tensions and possibilities, but still with a partial view of urban problems.

Keywords: public space, appropriation, urban transformation

1. INTRODUÇÃO

Em oposição à tendência de privatização de espaços de sociabilidade observado em cidades brasileiras a partir dos anos 1980, o séc. XXI, especialmente a partir da segunda década, assiste à ampliação do protagonismo do espaço público nas discussões públicas, nos programas de governo e nas ações de coletivos e grupos organizados. Consequência de processos democráticos após o período autoritário e reflexo de discussões mundiais sobre o modo de vida urbana, os espaços públicos passaram a ser cada vez mais ocupados e apropriados por diferentes grupos e formas de uso.

Tomando como estudo de caso o Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão, pretendemos analisar como as formas de apropriação deste espaço significativo absorvem e provocam reflexões acerca do uso do espaço público, seja nas discussões urbanísticas, seja na ação do poder público. Implantado de forma autoritária em 1971, o Elevado foi aos poucos sendo incorporado por grande parte da população, de várias formas: muitas vezes como parte da paisagem[1], outras vezes como espaço de cultura e lazer. Olhar para o elevado desde sua implantação é fundamental para a compreensão de seu papel no debate público e contribui para a análise das transformações recentes e apropriações de espaços públicos centrais.

2. ANTECEDENTES:

O Minhocão foi construído sobre importantes eixos viários pré-existentes: as avenidas São João e General Olímpio da Silveira, alargadas e arborizadas na primeira metade do século XX, e avenida Amaral Gurgel, alargada na década de 1960. A ampliação da avenida São João a partir de 1912, mesmo ano da inauguração do Teatro Municipal, marca um desejo de criar uma cidade mais europeia, que representasse a pujança do café. A obra, assim como o tratamento de praças do entorno, foi um dos principais investimentos da prefeitura entre os anos 1910 e 1940. A partir da década de 1940, foram instalados na avenida São João diversos cinemas de grande porte, muitos como parte do projeto de novos edifícios residenciais da avenida, símbolo de um mercado imobiliário em expansão. Segundo Assunção (2016), a Avenida São João e a General Olímpio da Silveira foram foco do mercado imobiliário e dos agentes da cultura entre os anos 1940 e 1960. A partir dos anos 1950 o foco se deslocou para a região da Avenida Paulista e o bairro de Higienópolis, em parte resultado da primeira legislação que definiu padrões de aproveitamento na cidade (Somekh, 2014, apud Assunção, 2016). Com índices definidos entre 4 e 6 vezes o terreno, e a abertura de ruas e avenidas melhorando as ligações entre o centro e a região sudoeste, a busca por terrenos grandes para apartamentos maiores foi estimulada, voltados à classe média e média alta que até então morava em casas. O deslocamento da moradia das elites em direção ao eixo sudoeste da cidade (Villaça, 2001), concentrou investimentos públicos nesta direção, resultando em degradação dos espaços públicos das áreas centrais, incluindo as avenidas onde posteriormente se instalaria o Elevado.

[1] Schenk, em pesquisa com moradores antigos da região por volta de 1997, constatou que poucos se referiam ao minhocão com destaque (Schenk, 1997).

Figura1: Linha do Elevado sobre imagem de situação existente em 1958



Fonte: Tratamento autora sobre imagem aérea de 1958:
https://www.geoportal.com.br/MemoriaPaulista/, acesso em 12/04/2026.

A implantação do elevado se deu no contexto de nova fase de modernização e progresso, com a implantação de grandes estruturas voltadas à circulação, tanto para transporte de massa - metrô, quanto para uso do automóvel particular: eixo Leste-Oeste, rótula e contra rótula, entre outras grandes estruturas, previstas no Plano de Avenidas de São Paulo, elaborado por Francisco Prestes Maia e João Florence de Ulhôa Cintra (1924-1930). Com a implantação da estrutura viária de ligação Leste-Oeste tornou-se necessária a elevação da Praça Roosevelt, então reformada para dar passagem ao eixo de circulação, incluindo a via elevada. A ideia de vias expressas, independentes do tecido urbano existente foi inspirada no "Plano de Melhoramentos Públicos para São Paulo", elaborado em 1949 pelo urbanista norte-americano Robert Moses.

Pouco tempo após a sua inauguração, realizada às vésperas do dia 25 de janeiro de 1971[2], o Minhocão passou a ser fechado em horários específicos, devido às constantes solicitações da população do entorno, incomodadas com o ruído e a poluição do ar[3]. Em 1976, foi a primeira restrição, entre 0 e 5hs da manhã. Em 1989, passou a ser fechado entre as 21h30 e 6h30. Em 1990, aos domingos e feriados, e em 2015 a partir das tardes de sábado. Posteriormente, em 2018, a restrição ao tráfego de veículos foi estendida aos sábados e domingos o dia todo, e nos dias de semana, entre 20:00 e 07:00 da manhã seguinte. Ao mesmo tempo em que se restringia a circulação de veículos, abria-se o espaço à população. Inicialmente de forma espontânea e não planejada, aproveitando o espaço como caminho, lazer e descanso. Aos poucos o poder público organizou horários e estruturas para este uso.

[2] 25 de janeiro é o aniversário da cidade de São Paulo, e na época era dia útil. A festa se deu na noite anterior, mas o primeiro dia de uso do elevado foi o dia do aniversário da cidade.
[3] O ruído ia além daquele provocado pela circulação dos automóveis, muitos acidentes ocorriam durante a madrugada.

3. QUESTÃO CENTRAL:

Entendemos que o uso cotidiano de espaços públicos, a prática da cidadania frequente, é um importante passo para a ação política: permite e capacita o usuário em sua luta constante por direitos e incorporação nos benefícios e nas oportunidades da vida contemporânea. Muitos dos espaços que se prestam à vida pública, intensamente utilizados atualmente, são resultado de processos complexos de conflitos e debates, que, acredita-se, se intensificaram nos últimos quinze anos. A reação do poder público à usos e ações que ocorreram de forma autônoma e natural nesses espaços, seja na forma de regulamentação, seja na forma de provimento de infraestrutura, tem rebatimento na utilização e apropriação dos espaços.

O estudo do uso público do Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão, nos permite analisar esta questão e buscar responder: em que medida as múltiplas formas de apropriação deste espaço e os debates sobre seu uso e destino contribuem para um debate mais amplo e democrático sobre o espaço público e o direito à cidade?

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Para a leitura deste espaço de forma abrangente, pesquisamos metodologias de análise agrupadas em três abordagens: a abordagem da morfologia urbana, entendendo o conjunto de espaços construídos e espaços livres como elemento constituinte das relações sociais, buscando compreender como determinados aspectos influenciam a presença de pessoas nos espaços públicos e seu potencial de interação (Whyte, 1990, Holanda, 2007); a abordagem da antropologia urbana, analisando as formas de apropriação — coletivas ou individuais — e os significados atribuídos aos espaços livres públicos por seus frequentadores em diferentes momentos (Magnani, 2000; Frúgoli, 2000, Vogel, Mello e Molica, 2016; Gomes, 2018); e a abordagem que considera os reflexos de contextos globais no contexto local, observando o momento histórico de produção e reprodução das forças de trabalho na construção e na atribuição de significados a esses espaços (Arantes, 1998; Harvey, 1992). Importante lembrar que as abordagens não se esgotam nestes autores. A abordagem da geografia crítica, e o conceito de espaço geográfico de Milton Santos (2006) embasa a estruturação das análises práticas do trabalho.

A partir deste referencial teórico, pesquisamos autores que realizaram trabalhos de pesquisa de campo similares ao que pretendíamos desenvolver a partir de Gehl (2011 e 2018) uma das principais fontes, mas também Whyte (1990) , Lynch (1985), Canova (2020), Rupf (2015), Santana (2019), Sun (2008), conduzindo a pesquisa na elaboração de mapas, contagens e questionário para a identificação do contexto urbano e morfologia; verificação de número, perfil e atividades de frequentadores dos espaços, detalhamento do perfil e identificação das formas de uso, ou seja, as características do local observáveis e a frequência, com contagens de pessoas. As contagens se realizam em diferentes dias e horários. No caso do Minhocão, cujo horário de funcionamento para pessoas é restrito, as pesquisas se realizam em dias da semana à noite e aos sábados e domingos em três períodos, manhã, começo da tarde e fim da tarde.

Para a pesquisa de campo, as condições meteorológicas, horário e dia da semana são fatores que influenciam os resultados quantitativos e qualitativos e devem ser considerados.

Além das pesquisas quantitativas, foram realizadas pesquisas em relação à percepção do usuário, através de questionários realizados em campo. As informações através do recolhimento de reportagens de jornais[4], e em redes sociais, apoiam a contextualização dos diferentes momentos de apropriação do minhocão.

5. UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO:

5.1. A descoberta de um lugar público: 1971 - 1990

Inaugurado em 1971, após apenas 14 meses de obra, sem estudos técnicos sobre seu impacto [5] ou relação com o ambiente local, recebeu críticas desde antes do início das obras, manifestadas através de jornais da época. Logo após a inauguração do Elevado as reclamações da população em relação à poluição sonora e visual tornaram-se constantes.

Para jornais da época e moradores, o elevado foi o responsável pela degradação da região. Já as autoridades na época entendiam que o processo de deterioração do centro já estava em curso, tendo o Minhocão apenas acelerado o processo[6].

De certa forma, o deslocamento de moradias de classes médias e altas, equipamentos e investimentos públicos em direção à Higienópolis e região da Av. Paulista e Jardins (Villaça, 2000, Assunção 2016), abriu espaço para a implantação do elevado. Por outro lado, a construção do elevado e a subsequente degradação urbana intensificaram a mudança no perfil dos moradores. A queda nos preços dos aluguéis, somada à boa infraestrutura de transportes, serviços e proximidade com o centro, permitiu que pessoas que viviam em regiões periféricas (Schenk, 1997) ou em habitações coletivas pudessem habitar o centro da cidade. Conforme aponta Assunção (2016), não houve um esvaziamento populacional nos primeiros anos após a construção do Minhocão, e sim uma mudança de perfil.

O primeiro fechamento ao tráfego em 1976 permitiu a moradores próximos a utilização do elevado inicialmente como passagem. De acordo com Campos (2020), ao utilizar o espaço, as pessoas descobriram uma paisagem livre e desafogada, em contraste com os espaços densos do centro da cidade, "*um solo fértil para a criação humana não planejada*" (Campos, 2020). Assim passaram a usar o espaço não somente como passagem, também para passeios mais tranquilos, a pé ou de bicicleta.

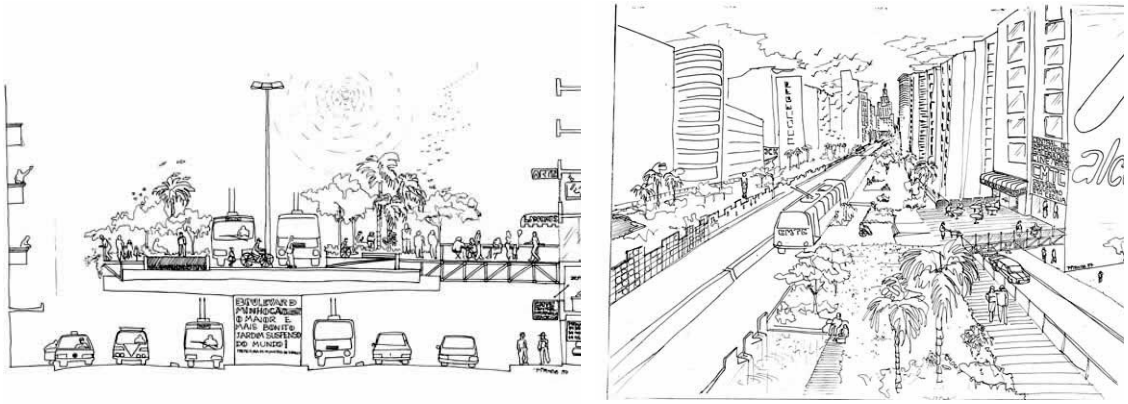
Posteriormente, na gestão Luiza Erundina, já no período democrático, o Minhocão foi fechado para os carros aos domingos e feriados, e passou a ser frequentado também por pessoas que

[4] Os trabalhos de Schenk e Assunção trazem levantamento de reportagens de jornais nos momentos anteriores à realização de suas dissertações, pesquisa complementada neste trabalho.
[5] Entre abril de 1969 e setembro de 1969 foram elaborados Termo de Referência e edital e anteprojeto. Não houve qualquer estudo sobre o impacto sonoro, visual ou mesmo das obras.
[6] O Estado de São Paulo, 2011.

não moravam nas imediações, ampliando o número de atividades realizadas no elevado. Já nesta época, pessoas caminhando, passeando com cachorros, em bicicleta, com crianças, utilizavam o local para lazer.

Em 1987, uma reportagem do Jornal da Tarde mostrou o projeto do arquiteto Pitanga do Amparo para transformar o Minhocão em via exclusiva de ônibus no centro do elevado com as laterais em um parque urbano, com conexões com os edifícios lindeiros, que poderiam ter cafés, restaurantes e comércio em geral. O projeto chegou a ser apresentado ao Prefeito Jânio Quadros (1986-1988). É o primeiro momento em que surge a ideia de um parque no Elevado, antes mesmo de sua abertura ao público aos domingos e feriados — antecipando debates que seriam retomados quase duas décadas depois.

Figuras 2 e 3: Projeto de Pitanga do Amparo, 1987



Fonte: https://pitangadoamparo.com.br/images/obras/minhocao/minhocao5.htm, acesso em 12/04/2026

5.2. Renovação do centro: 1991 - 2000

Durante os anos 1992 e 2000, pouco se discutiu sobre o elevado, além das críticas conhecidas. Este período foi marcado por uma preocupação com a revitalização da região central, da parte do poder municipal, muito em função das articulações das entidades que tinham sua sede na região. A Associação Viva o Centro, formada em 1991, por Bolsa de Valores, Bolsa de Mercadoria e Bank Boston, teve papel ativo em estudos e proposição de políticas e projetos. Do seu lado, talvez como uma resposta à essa atuação, a prefeitura criou o Programa de Revitalização da área central, PROCENTRO, em 1993 e a Lei da Operação Urbana Centro (OUC), aprovada em 1997. Ambos não abarcavam o Minhocão em seu conjunto, somente partes dele ou ruas próximas. Neste período, o uso como espaço de lazer e de pedestres do Minhocão não recebeu atenção do poder público, mas se afirmou permitindo sua expansão no período seguinte.

5.3. Centro, espaço de cultura: 2000 - 2012.

Em seu primeiro ano de governo, Marta Suplicy (2001-2004), propõe o "Domingo no Minhocão" buscando ampliar o uso do elevado com a implantação de feira de artes e alimentação. A ideia não foi bem recebida por moradores do entorno e não prosperou. Marta propôs outras iniciativas de incentivo ao uso por pedestres de espaços viários aos domingos, o Projeto Nossa Rua, Domingo na Paulista e Rua Aberta na Avenida Sumaré, que chegou a juntar 60.000 pessoas.[7] Em 2005 José Serra (2005-2006) lança a "Virada Cultural" que acontece nos espaços centrais da cidade, entre eles o Minhocão. A Virada Cultural promove diversas apresentações artísticas, especialmente musicais e naquele momento era voltada à artistas não consagrados, atraindo um público diverso aos espaços centrais. Ações do poder público que reconhecem o Minhocão também como um espaço público para estar.

As ações artísticas no Minhocão se alinham com um momento de questionamento e oposição à arte encarada como mercadoria para consumo dos estratos de renda mais alta, no contexto mundial de revalorização dos centros urbanos tradicionais, a partir da reforma de edifícios históricos e simbólicos que passam a abrigar atividades culturais (Arantes, 1998). Como exemplo em São Paulo, os investimentos do PROCENTRO, com financiamento do BID assinado em 2004. Também o Projeto Nova Luz, apresentado em 2005 pela prefeitura, baseado na reforma de diversos edifícios que passam a abrigar programas culturais: Sala São Paulo, Pinacoteca e Museu da Língua Portuguesa. A ideia de um corredor cultural passando por este conjunto significativo de equipamentos culturais, além de universidades Santa Casa e Mackenzie, da Praça Roosevelt, Rua Augusta até a Avenida Paulista (Ferreira, 2009), enseja um tratamento específico para o Minhocão que culmina na demanda por estudos para sua demolição, por parte do prefeito José Serra, em 2005, e finalmente o lançamento do concurso público "Prêmio Prestes Maia", com o objetivo de discutir ideias exequíveis para o elevado, em fevereiro de 2006. O lançamento do concurso marca um período de ampliação de discussão sobre os destinos do elevado.

O concurso teve 47 inscrições homologadas, três premiados (1º a 3º lugar) e 4 menções honrosas. As propostas do concurso tiveram como ponto comum a manutenção do elevado como circulação viária (6 dos 7 contemplados), em algumas delas exclusivo para o transporte público (em 2 propostas). A mitigação dos problemas ambientais teve como solução o fechamento do eixo viário em túnel acústico, com parque em cima, em 3 propostas. A demolição parcial foi proposta em 2 trabalhos. 2 trabalhos propuseram o deslocamento do fluxo para uma via expressa a ser construída paralela ao eixo ferroviário, solução prevista em estudos de reformulação do transporte público à época. O primeiro lugar apresentou a solução de túnel acústico com parque mais desenvolvida e detalhada, com a proposta de uma Operação Urbana que incentivasse parcerias com a iniciativa privada para estimular a interação com o entorno através de conexões com edifícios existentes ou a serem construídos, abrigando programas culturais educacionais ou de serviços. Uma única proposta contemplada com menção honrosa propôs a demolição do elevado, mantendo apenas quatro trechos da estrutura que funcionariam como memória e como elementos estruturadores de conexões locais e abrigariam programas culturais. Outra proposta contemplada com menção propôs uma discussão pública

[7] Dimenstein, 2005.

sobre o elevado a partir de intervenções artísticas, que culminaria em decisão coletiva sobre sua demolição[8]. A solução de fechar e cobrir o minhocão com parque na laje de cobertura amplia o impacto nos edifícios do entorno em um número maior de pavimentos, além de agravar o sombreamento no nível das calçadas, ainda que barulho e poluição pudessem ser minimizados com as soluções técnicas propostas.

Figura 7: Imagem do 1º. Colocado no 2º. Prêmio Prestes Maia de Urbanismo, 2006 (José Alves e Juliana Corradini)



Fonte: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/slideshow/93/2. Acesso em 10/04/2026.

Em 2007, já na gestão Kassab (2007-2012), os outdoors e suas estruturas são retirados dos edifícios no entorno do Minhocão (e em toda a cidade), devido à Lei Cidade Limpa (lei 14.223/06) aprovada no ano anterior. As empenas do Minhocão ampliam seu papel de suportes não

[8] Para conhecer os projetos contemplados com prêmio e menção, ver Artigas, Mello e Castro (org), 2008.

tradicionais de arte urbana [9], que também se expandiram para o piso do elevado e pilares. Uma das poucas ações que une tabuleiro e espaços sob o elevado foi a Mostra Giganto. A artista Raquel Brust instalou em janelas de edifícios voltados para o elevado e em pilares sob o tabuleiro fotos ampliadas de pessoas desconhecidas. A Mostra, que também ocorreu na praça Roosevelt, teria espaço nos pilares do Minhocão em outras oportunidades (Em 2013 e 2019). As intervenções artísticas são realizadas e apreendidas de forma distinta pelos frequentadores e moradores do entorno devido à posição do observador em relação à obra, que pode ser vista de cima, como em obras dirigidas aos moradores (Yamashita, 2019), de lado, em velocidade. Apresentações de dança e teatro ora são encenadas no elevado, ora em apartamentos fazendo do elevado a plateia.

Figuras 4 e 5: Obra de Raquel Brust no pilar do Minhocão, 2013.



Fonte: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2014/12/. Acesso em 12/04/2026.

Figura 6: Obra “O Jardim Suspenso da Babilônia” de Felipe Morozini no pavimento do Minhocão, 2011.



Fonte: https://rosenbaumdesign.wordpress.com/tag/felipe-morozini/

[9] Já havia empenas artísticas ao longo do Minhocão desde 1974: com o mural Superfícies Habitáveis, de Flavio L. Motta e Marcelo Nietsche, e em 1998, o programa Elevado a arte, com painel de Mauricio N. Lima e Sonia Von Brusky.

No início da década seguinte, eventos de maior público se intensificaram na região central, com festas sob a praça Roosevelt e o Festival Baixo Centro, que em 2012, ocupou a parte de cima e de baixo do Minhocão, em outra ação pouco comum unindo tabuleiro e parte de baixo. O festival ocorreu de forma independente, sem autorização do poder municipal. A virada cultural neste mesmo ano, incorporou a virada gastronômica no elevado, provocando grande tumulto pelo número de pessoas não previsto pela organização. O tumulto ensejou uma ação do Ministério Público, e um TAC da parte da prefeitura, que se comprometeu a não mais realizar grandes eventos no local. A proibição de eventos de grande porte no elevado está inserida num conjunto de medidas e ações que marcam uma nova transformação em seu uso, como veremos a seguir.

Figuras 8 e 9: Imagens do Festival Baixo Centro, sob o elevado (fig.8) e sobre o elevado (fig.9), março 2012





Fonte: Fábio Braga/Folha de São Paulo (8) e Isadora Brant/Folha de São Paulo (9). https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7092-festival-baixo-centro. Acesso em 10/04/2026.

5.4. Retomada do espaço público: 2013 - atual

Período marcado por grandes manifestações no espaço público, particularmente no ano de 2103, ocorridas em espaços simbólicos como Av. Paulista e Avenida Faria Lima. Também observa-se neste período diversas ações espontâneas, apropriações mais cotidianas de espaços tradicionais ou simbólicos, combinadas eventualmente a ações de grupos organizados, como é o caso do uso da praça Roosevelt reformada, ocupações no Largo da Batata e ações na avenida Paulista. 2013 marcou o início da gestão Fernando Haddad (2013-2016) e foi também o ano em que a Bienal de Arquitetura se realizou no ambiente urbano, com o tema: modos de ver modos de usar, reflexo tardio da mudança de paradigma na atuação e na profissão arquiteto e urbanista, em função de críticas que ocorriam desde meados do século anterior. Uma das ações que ocorreria na Bienal no elevado seria a montagem de uma piscina, idealizada pela arquiteta Luana Geiger, que acabou ocorrendo somente em 2014.

Figura 10: Imagem da piscina montada no Minhocão, parte da X Bienal de Arquitetura: Cidade: modos de fazer, modos de usar



Fonte: PMSP, https://prefeitura.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/promocao_do_direito_a_cidade/noticias/168381. Acesso em 10/04/2026.

Estas ações, ativismos urbanos de baixo para cima, se alinharam à ações do poder público, iniciadas na gestão Haddad, e avançando em gestões subsequentes. O programa Ruas Abertas, com destaque para o fechamento para veículos automotores da Av. Paulista aos domingos, a implantação da ciclovia na mesma avenida, a ampliação do horário de fechamento do Minhocão para carros e o programa Centro Aberto são exemplos.

O impedimento de grandes eventos no Minhocão reforça o caráter de espaço para o lazer cotidiano. Em 2014 foi apresentado o Projeto de Lei de criação do Parque e foi estabelecida sua desativação no Plano Diretor, que, no entanto, não afirmou qual seria o seu destino, deixando possibilidades abertas (demolição, transformação parcial em parque ou transformação integral em parque). A partir da definição em Lei da sua desativação, sociedade civil e poder público passaram a organizar sua atuação. No ano de 2015 foram formalizados dois grupos antagônicos que já atuavam em prol do Minhocão: Parque Minhocão, que atuava pela transformação do elevado em Parque e MDM - Movimento Desmonte Minhocão, que defendia sua retirada integral. É um ano intenso de atuação sobre o Parque, com a apresentação da ideia das paredes verdes, pelo Movimento 90 graus e o Projeto Marquise Minhocão, de Guil Blanche e Triptyque. As paredes verdes são incorporadas em regulamentação que estava em revisão, com incentivo ao proprietário ou condomínio que quisesse implantá-las. Neste momento e neste local, a gestão pública atua dialogando com os interessados. Em 2015 é implantada a ciclovia no canteiro central das avenidas sob o Minhocão.

No início da gestão seguinte (João Dória 2017-2018, Bruno Covas 2018-2020), o arquiteto urbanista Jaime Lerner apresenta à prefeitura um projeto para o Minhocão, com a transformação completa em Parque, sem o uso por veículos. Acessos se dariam pelo canteiro central e por edifícios do entorno que teriam os andares no nível do elevado transformados em áreas de comércio, com ligação direta para o elevado. É possível que o acesso pelo canteiro central impacte no desenvolvimento da ciclovia, uma das poucas ações de governo voltadas para a parte de baixo do elevado.

Figura 11: Ilustração - Escritório Jayme Lerner, 2017.



Fonte: PMSP, 2019.

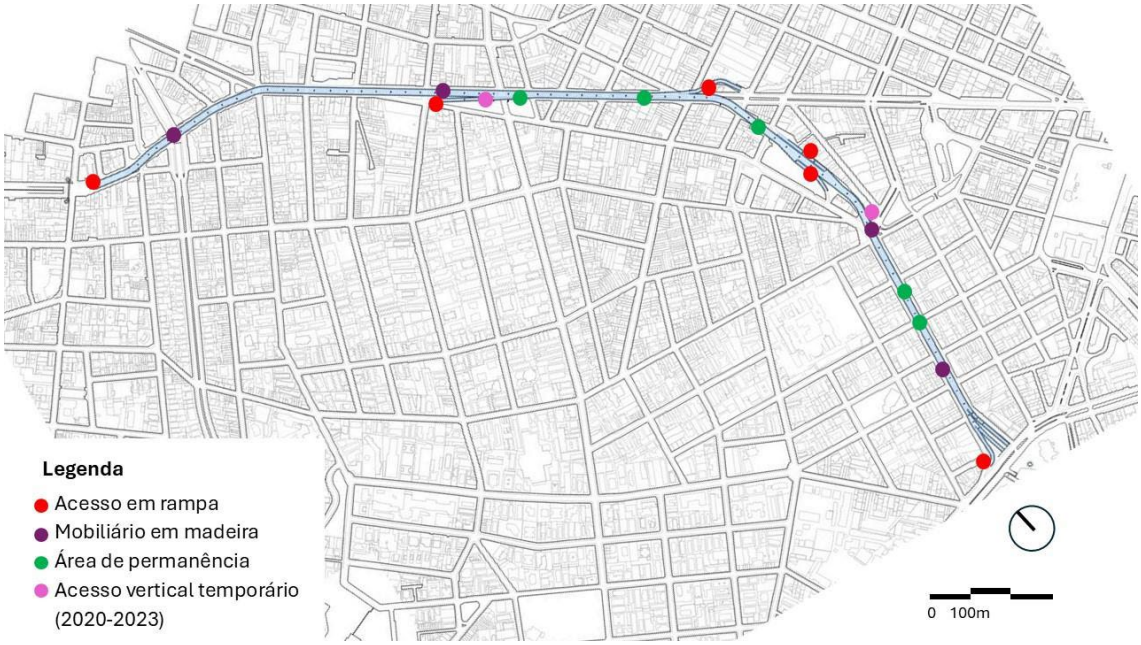
Nesta gestão, a ênfase no Parque, é clara, com a Promulgação da lei que o cria, em 2018 (Lei Municipal Nº 16.833) e a dotação de infraestrutura básica para o uso da população como parque: a instalação de gradis e guarda corpos em altura adequada, mobiliários urbanos removíveis, em 2021. Tais ações se dão num contexto de continuidade da gestão anterior no que tange o tratamento dos espaços públicos centrais: O Projeto para transformação de trecho da Rua Leôncio de Carvalho (esquina com a Avenida Paulista) em área de pedestres, e a continuidade do programa centro aberto de gestão e zeladoria de espaços públicos, com a incorporação, junto ao Minhocão, da praça Marechal Deodoro e de área junto ao terminal Amaral Gurgel ao programa, dotando-as de pinturas lúdicas, brinquedos, equipamentos de ginástica, mobiliário urbano, e mobiliário removível. Também era objetivo da prefeitura o incentivo à integração entre o nível da rua e o parque implantado no elevado, com a instalação

de duas escadas nos locais reformados, estimulando o uso e ampliando o fluxo de pessoas nessas áreas.

O projeto original previa 8 pontos de acesso vertical, parte com elevadores, estrategicamente distribuídos para conectar o tabuleiro a importantes pontos do entorno e a áreas de grande circulação de pessoas.

Posteriormente, estruturas com sanitários químicos, jogos gigantes de xadrez e dama, pufes e tapetes de borracha, também removíveis, foram instaladas em 5 pontos do elevado.

Figura 12: Parque Minhocão atual (abril/2026)



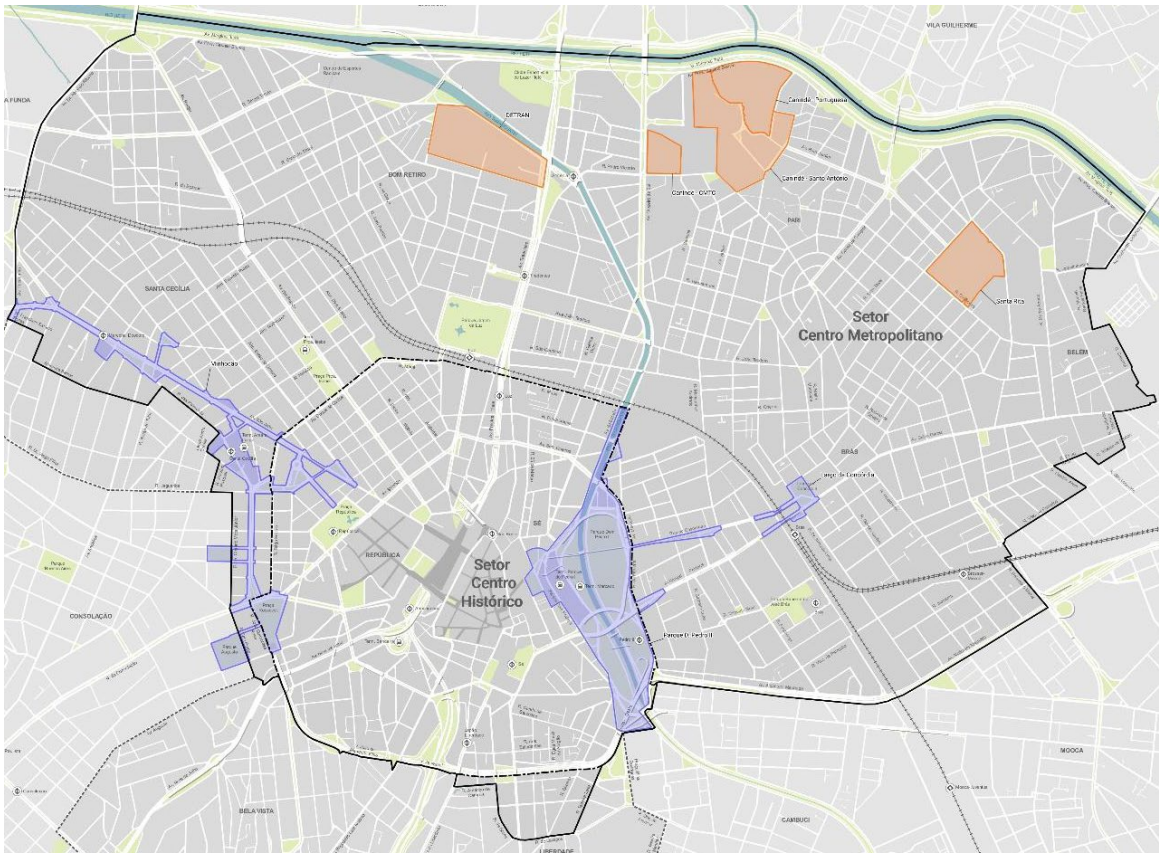
Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em paralelo às ações locais, a Prefeitura iniciou o desenvolvimento dos elementos prévios para a elaboração do PIU Minhocão[10], previsto na Lei de Criação do Parque. Em 2019, foram realizadas as primeiras reuniões e estudos para o projeto, com a publicação de um diagnóstico e de consulta pública online, que revelou que 49% dos 114 participantes que opinaram sobre o destino do Minhocão (dentre 207 participantes), eram a favor do desmonte da estrutura, e somente 14% eram a favor do Parque. 39% eram a favor de manter o uso para automóveis[11]. A resposta do poder público a esses dados foi que o PIU estudaria as diversas opções.

[10] Instrumento previsto no PDE de 2014: estudo técnico realizado pelo poder público com o objetivo de, através da aplicação de instrumentos urbanísticos específicos, reestruturar determinadas áreas da cidade (https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/).
[11] Dados do Relatório: Projeto de Intervenção Urbana Parque Minhocão: Devolutiva da Consulta Pública - Etapa I.

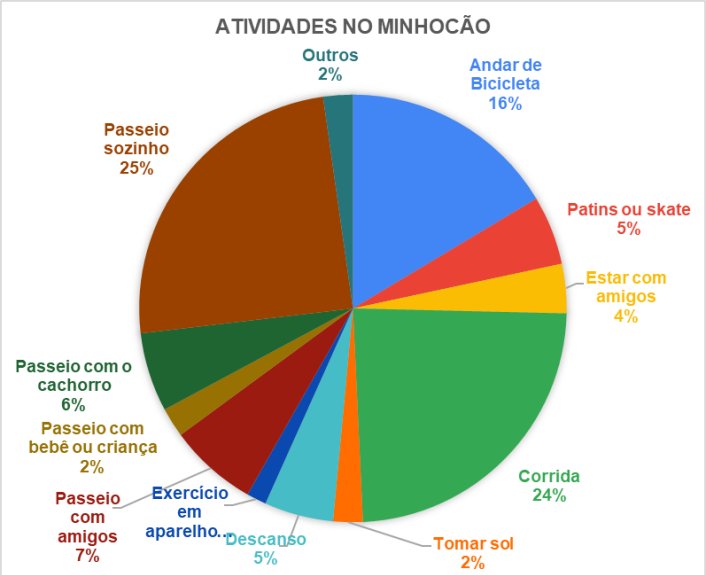
Em 2021 o PIU Minhocão foi paralisado. Questionamentos em relação à constitucionalidade da Lei de Criação do Parque, que determinava a elaboração do PIU, podem ter impactado. A inclusão de grande parte do Minhocão e área envoltória como um projeto especial do PIU Setor Central (PIU_SCE), instrumento que substituiu a Operação Urbana Centro, mantém a ideia de estudar propostas específicas de regulação urbanística para este local.

Figura 13: Mapa de abrangência do PIU-SCE. Em azul, os projetos especiais (incluindo o Minhocão)



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo (https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Mapa_8_SCE996U008_.pdf), acesso em 10/04/2026.

Figura 14: Gráfico de atividades realizadas no Minhocão, questionários respondidos entre março e abril de 2026:



Fonte: Elaboração própria, 2026.

6. CONCLUSÕES:

Implantado de forma violenta, sem nenhum programa voltado à mitigação dos impactos de sua implantação, a parte superior do Minhocão tornou-se um espaço de lazer em horários específicos, usado e apropriado por parcela da população local e de outros bairros. Sem grandes intervenções ao longo de suas cinco décadas de existência ou 55 anos, – nem mesmo manutenções essenciais de sua estrutura[12], podemos dizer que o Minhocão se tornou um lugar público, à revelia do seu projeto inicial. Lugar público, no sentido de espaço onde se dá a esfera pública da vida cotidiana e política (Queiroga, 2012). Conforme Queiroga (2018), é o sistema de ações de caráter público que confere ao lugar sua denotação enquanto lugar público, e ainda que a morfologia do lugar possa limitar ou estimular o uso e apropriação dos espaços, estas não são determinantes para a experiência social coletiva. Inicialmente, é possível se perguntar como um espaço árido, sem nenhum suporte para seu uso, se tornou este espaço requisitado e utilizado, cada vez mais.

Como bem observou Campos (2020), a descoberta de uma visão descortinada e livre da cidade é um atrativo por si só. O percurso do pedestre e a paisagem que ele vê e da qual faz parte, são como um exemplo da ideia da visão serial de Cullen, onde a caminhada se faz com uma "sucessão de surpresas", situações de contraste que animam a experiência do caminhar. O que

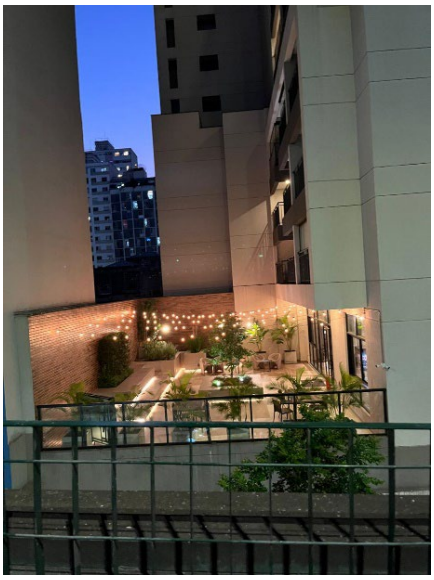
[12] Em 2019 foram realizados reparos emergenciais em vários viadutos da cidade. O Minhocão não estava entre os viadutos que receberam intervenção.

outrora se fazia nas avenidas São João e General Olímpio da Silveira, passou a se realizar no Minhocão, mas, com distância do entorno e uma baixa interação.

Tal distância contribui para a legibilidade do ambiente (Lynch, 1985), capturado facilmente. Caminhar pelo Minhocão nos permite a identificação de marcos da cidade ao longo de seu percurso, tais como o Edifício Altino Arantes[13], a Praça Roosevelt, edifícios modernistas ao longo do percurso, além do contraste entre a sequência de prédios e a amplidão arborizada de algumas avenidas ou praças, tais como a Avenida Pacaembu, Rua Mário de Andrade, o Largo do Arouche, a continuação da Avenida São João. O que se vê do Minhocão muda significativamente com a retirada dos outdoors: em substituição à propaganda comercial, os caminhantes passam a ver murais artísticos e as laterais dos edifícios. O caminhante vê seu entorno, apreende as informações, mas não interage, não se relaciona efetivamente. Ao observar os movimentos que ocorrem na rua, festas, comemorações, um pouco do comércio, a saída da missa, é uma visão distanciada, como se fosse a visão de uma encenação.

Figuras 15 e 16: Imagens do Minhocão, Av. São João (15) e Área de lazer de edifício preparada para uma festa (16).





Fonte: autora, março, 2026.

Já no próprio Elevado, a interação se dá de forma fácil, com receptividade entre os usuários, que, de alguma maneira, compartilham interesses e práticas em comum. Desde seu primeiro fechamento, motivado por reclamações de moradores, a população assumiu papel protagonista na ampliação e diversificação de seus usos, seja individualmente, seja por meio de grupos organizados, enquanto o poder público atuou a reboque dessas iniciativas.

[13] Antigo Banco do Estado de São Paulo, visível de vários pontos na região central da cidade, atualmente é propriedade do Banco Santander, o “Farol Santander”.

Figuras 17 e 18: Imagens de interação no Minhocão.




Fonte: autora, março, 2026.

A criação do Parque por meio da Lei nº 16.833/2018, ao reconhecer o uso efetivo como espaço público de lazer, não foi suficiente para absorver os dissensos existentes — ao contrário. Na mesma época, foi apresentado o Projeto de Lei nº 98/2018, que previa a desativação e o desmonte do elevado, tendo sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal. Esse cenário também se refletiu no resultado da consulta pública, que indicou preferência pelo desmonte do elevado. Ainda assim, o debate em torno da implementação do parque ganhou força. Embora, em um primeiro momento, o grupo favorável ao desmonte tenha tido atuação significativa, gradualmente o protagonismo deslocou-se para os defensores do Parque Minhocão.

A promulgação da lei de criação do parque não contemplou ações voltadas à parte inferior do elevado, reiterando uma abordagem dissociada que desconsidera tanto esse espaço quanto os impactos do Minhocão em seu entorno imediato. Entre as poucas iniciativas que buscaram alguma integração entre os níveis inferior e superior, destaca-se a instalação de escadas, entre 2021 e 2023, conectando áreas requalificadas na parte de baixo —a Praça Marechal Deodoro e o Terminal Amaral Gurgel — ao mobiliário implantado na parte superior, em uma tentativa de promover certa continuidade visual e funcional.

A resposta do poder público às ações individuais, espontâneas ou organizadas que se realizam no elevado evidenciam uma relação dinâmica, porém marcada pelo atendimento prioritário a demandas de grupos com maior capacidade de articulação, visibilidade e inserção na mídia. A parte de baixo do viaduto permanece quase oculto para os frequentadores da parte superior do Minhocão e para a mídia. O debate, embora diverso, continua predominantemente ancorado em visões parciais, que não consideram o Minhocão em sua problemática urbana mais global.

Independente do antagonismo das posições, pela demolição do viaduto, por sua manutenção do jeito que está, ou por sua transformação em parque elevado sem circulação de veículos, é

importante destacar que, felizmente, nenhum ponto de vista atual propõe que o viaduto se destine prioritariamente ao automóvel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha** e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998.

ARTIGAS, R., MELLO, J., CASTRO, A. C. (org.). **Caminhos do Elevado:** memória e projetos. São Paulo: SEMPLA, 2008.

ASSUNÇÃO, E. **Minhocão e arredores:** construção, degradação e resiliência (1970-2016). 2016. 364 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. URI: http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26132

CAMPOS, J. Emergência urbana: criação de espaço público e o nascimento do 'Parque Minhocão' na cidade de São Paulo. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 26, p. 1–18, 2020. DOI: 10.4000/pontourbe.8548. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/219715. Acesso em: 13 fev. 2026.

CANOVA, K. **Urbanidade e justiça espacial na cidade de São Paulo**: metodologia de análise e subsídio para tomada de decisão no planejamento urbano. 2020. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.8.2020.tde-06082020-200157. Acesso em: 27 mar. 2026.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Coleção Arquitetura & Urbanismo, Edições 70, 1996.

DIMENSTEIN, G. Sumaré com pista fechada para lazer no domingo**. Folha Online,** São Paulo, 8/4/2005. Fim de Semana, Jornalismo Comunitário. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/so_sp/gd080405a.htm. Acesso em: 27 mar. 2026.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em são Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

G1. **Minhocão passa a receber bancos de madeira aos finais de semana e ganha 2 dos 8 acessos prometidos**. São Paulo, 1 maio 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/01/minhocao-passa-a-receber-bancos-de-madeira-aos-finais-de-semana-e-ganha-2-dos-8-acessos-prometidos.ghtml. Acesso em: 27 mar. 2026.

GEHL, J. **Life between buildings:** using public space. Washington: Island Press, 2011.

GEHL, J., SVARRE, B. **A vida na cidade: como estudar?** São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOMES, P**.** Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115–119, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v1i44.a27557. Acesso em: 27 mar. 2026.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção.** Brasília: FRBH, 2018.

JAIME LERNER ASSOCIADOS. **Parque Minhocão:** de linha de passagem a ponto de encontro. [s. d.]. 1 vídeo (8 min 26 s). Disponível em: https://www.cimentoitambe.com.br/minhocao-se-transforma-no-1o-parque-suspenso-do-brasil/.. Acesso em: 27 mar. 2026

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MAGNANI, J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17 (49) jun. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002. Acesso em ago.2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **Minhocão, 3,4 km de extensão e 40 anos de polêmicas.** São Paulo, 25 jan. 2011. Da Redação. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2108200530.htm#:~:text=Uma%20delas%20%C3%A9%20a%20do%20arquiteto%20Pitanga,do%20elevado%20em%20um%20grande%20jardim%20suspenso. Acesso em: 27 mar. 2026.

QUEIROGA, E. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Livre Docência em Urbanismo e Paisagismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2016.tde-07122016-101803. Acesso em: 2025-02-25.

QUEIROGA, E. Lugar público e forma urbana na urbanização contemporânea brasileira. *In:* Macedo et al. Org. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 2018.

RUPF, L. **Lugares Públicos:** a dimensão cotidiana no centro de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2020.tde-06082020-200157. Acesso em: mar.2024.

SANTANA, T., RAGAZZI, G. Vitalidade urbana nos espaços públicos: um estudo na cidade do Porto, Portugal. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, v. 30, n. 43, p. e159243, 2019. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.159243. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/159243.. Acesso em: 6 fev. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 33.389 de 14 de julho de 1993**.** Cria o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo -PROCENTRO, a ser implantado na Área Intervenção, que especificam e dá outras providências. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-33389-de-14-de-julho-de-1993. Acesso em 24 fev. 2026

_____. Lei nº 16.833, de 7 de fevereiro de 2018. Cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2018/1684/16833/lei-ordinaria-n-16833-2018-cria-o-parque-municipal-do-minhocao-e-preve-a-desativacao-gradativa-do-elevado-joao-goulart. Acesso em 24 fev. 2026.

_____. **Mapa digital da cidade.** Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 9 abr. 2026.

_____. **Plano de Intervenção Urbana (PIU) Minhocão**: Relatório do Grupo de Trabalho Inter secretarial. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-parque-minhocao/. Acesso em 20 jan. 2026.

_____. **Projeto de Intervenção Urbana Parque Minhocão**: Devolutiva da Consulta Pública - Etapa I. Relatório. São Paulo, novembro de 2019. Disponível em: https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/system/documents/attachments/000/000/100/original/dc4311d7cc7403ebd69a4f3d747ec6eb4919b586.pdf. Acesso em 20 jan. 2026.

_____. **Relatório do Grupo de trabalho Intersecretarial**: Relatório. São Paulo, novembro de 2019. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-parque-minhocao/. Acesso em 10 abril 2026.

SCHENK, L. **Elevado Costa Silva, processo de mudança de um lugar.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

SUN A. **Projeto da Praça:** Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VOGEL, A., MELLO, M., MOLLICA, O. **Quando a rua vira casa**. Niterói: Eduff, 2016.

WHYTE, W. **The social life of small spaces**. Washington: Conservation Foundation, 1990.

YAMASHITA, K. **|Minhocão| via de práticas culturais e ativismo urbano**. 2020. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020. doi:10.11606/T.102.2020.tde-03082020-141952. Acesso em: 2025-02-25.